

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA

NILZA MARIA SENA BARBOSA

**ARQUIVOLOGIA E SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS
PROFISSIONAIS NO SISTEMA DE ARQUIVOS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Belém - PA
2017

NILZA MARIA SENA BARBOSA

**ARQUIVOLOGIA E SAÚDE:
A Percepção Dos Profissionais No Sistema De
Arquivos Da Universidade Federal Do Pará.**

Trabalho de conclusão de curso de Arquivologia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, como requisito para conclusão do curso e obtenção do grau de bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Prof.^a Renata Lira Furtado.

Belém- PA
2017

Nilza Maria Sena Barbosa

**ARQUIVOLOGIA E SAÚDE:
A Percepção Dos Profissionais No Sistema De
Arquivos Da Universidade Federal Do Pará.**

Trabalho de Conclusão de Curso orientado
pela Prof.^a Renata Lira Furtado,
apresentado como requisito para obtenção
do grau de bacharel em Arquivologia na
Universidade Federal do Pará.

Aprovado em: ____/____/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. RENATA LIRA FURTADO
Orientadora – UFPA

Prof. Me. GILBERTO GOMES CÂNDIDO
Examinador – UFPA

Prof. Dr. ROBERTO DOS SANTOS LOPES JUNIOR
Examinador - UFPA

“...porque, assim como os céus são mais altos do que a terra, assim são os meus caminhos mais altos que os vossos caminhos, e os meus pensamentos, mais altos que os vossos pensamentos” Isaías 55:9.

A Deus, dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao amado da minha alma, a paz da minha estrada, a doce companhia do meu coração, meu ombro amigo onde coloco os meus prazeres e pesares, o meu sorriso mais sincero, minha esperança a cada novo amanhecer, o amor verdadeiro e seguro que ninguém pode roubar. A Ele minha eterna gratidão por mais uma etapa vencida, o meu Deus, meu Cristo, Salvador e Senhor. Te amo, meu Senhor e Rei!

Às filhas maravilhosas, presentes incomparáveis que Deus me deu, a quem dedico todo o meu amor e sacrifício: Monique Sena, Larissa Sena e Júllia Sena, sem esquecer, é claro, da filha adotada para sempre em meu coração, Ana Caroline Sena e o primogênito dos homens, meu genro, Marclei Sanches, essa vitória é de vocês e por vocês! Amo incondicionalmente cada um.

À minha irmã Ediane Sena, por muitas vezes ter se tornado a dona do meu lar, a mãe de minhas filhas, devido a minha constante ausência. Sei o quanto você me ama e torce por mim. Obrigada por tudo!

À amiga que chamo de irmã, pois foi isso que nos tornamos ao longo do tempo, Arlete Melo, por toda ajuda, motivação, puxões de orelhas e amor dedicado a mim e a toda minha família. Amo você!

Aos demais amigos, familiares, irmãos na fé que de forma direta e indireta, me ajudaram com suas orações e incentivo, que torcem e vibram por minhas conquistas.

À turma excepcional que Deus me presenteou, Arquivologia 2013. Em especial aos meus amigos Nena Diogo, Adryelle Rocha, Ivana Barata, Paolla Alcântara, Lorena Reis, Shirlene Rosa, Milena Cristina, Ivany de Souza e Marcos Sousa. Obrigada amigos, por toda ajuda dispensada a mim. Vocês são maravilhosos!

Aos mestres por todo conhecimento repassado, em especial, ao meu mestre amado Luiz Eduardo, por não ser apenas um professor, mas um grande motivador e amigo, que mesmo distante, sabia que torcia por minha vitória.

E, é claro, à minha querida mestra e orientadora Renata Lira, por acreditar que eu conseguiria alcançar a minha meta. Você acreditou em mim, mais do que eu mesma. Obrigada por tudo!

Aos maravilhosos profissionais do Sistema de Arquivo da UFPA e anexos, em especial aos queridos Ângela Fernandes, Rísia Lira e Cláudio Leite.

RESUMO

Objetivando mostrar o ambiente arquivístico adequado, trazendo com isso qualidade de vida, saúde e segurança aos profissionais atuantes no Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Pará, este trabalho visa a análise da percepção desses trabalhadores sobre o tema abordado, revelando os perigos presentes e que os mesmos estão diretamente ligados aos tipos de atividades que desenvolvem, bem como a tomada de medidas preventivas com o intuito de eliminar os riscos existentes nesse ambiente. Faz uma abordagem sobre a importância que o Governo e a sociedade dispensam aos arquivos e a necessidade do reconhecimento e valorização desses profissionais. Toma como base as legislações, leis, normas e portarias relacionado à saúde, segurança, direito e deveres. Esta pesquisa é caracterizada como descritiva bibliográfica e também um estudo de caso, trazendo consigo abordagens quantitativas e qualitativas no tocante a análise de dados. Finaliza mostrando a importância da temática, a percepção que os profissionais de arquivo possuem e a sugestão de buscarem com mais frequência a conquista de um ambiente adequado e também quiçá, um merecido auxílio de insalubridade.

Palavras-chave: Ambiente Arquivístico. Saúde e Segurança. Legislação. Prevenção.

ABSTRACT

In order to show the adequate archival environment, bringing with it quality of life, health and safety to the professionals working in the File System of the Federal University of Pará, this work aims at the analysis of the perception of these workers on the subject, revealing the present they are directly linked to the types of activities they carry out, as well as the taking of preventive measures in order to eliminate the risks existing in this environment. It takes an approach on the importance that the Government and the society dispense to the archives, and the necessity of the recognition and valuation of these professionals. It is based on legislation, laws, regulations and ordinances related to health, safety, rights and duties. This research is characterized as descriptive, bibliographical and also a case study, bringing with it quantitative and qualitative approaches to data analysis. It concludes by showing the importance of the theme, the perception that archival professionals have and the suggestion of seeking more often the conquest of an adequate environment and also, perhaps, a deserved aid of insalubrity.

Keywords: Archival Environment. Health and safety. Legislation. Prevention.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Sistema de Arquivos/UFGPA

FIGURA 2: Arquivo Central

FIGURA 3: Sala de Recepção

FIGURA 4: Sala de Expedição

FIGURA 5: Sala da Direção, Secretaria Executiva e Coordenadorias

FIGURA 6: Sala da Direção, Secretaria Executiva e Coordenadorias

FIGURA 7: Sala de Acervos

FIGURA 8: Sala de Acervos

FIGURA 9: Sala de Acervos

FIGURA 10: Sala de Acervos

FIGURA 11: Sala de Acervos

FIGURA 12: Corredor

FIGURA 13: Sala Almoxarifado

FIGURA 14: Arquivo setorial PROGEF

LISTA DE SIGLAS

CF: Constituição Federativa do Brasil

CIAC: Centro de Indicadores Acadêmicos

CIPA: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CONARQ: Conselho Nacional de Arquivos

DORT: Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho

EPC: Equipamento de Proteção Coletiva

EPI: Equipamento de Proteção Individual

FIOCRUZ: Fundação Oswaldo Cruz

ICSA: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

LER: Lesão por Esforço Repetitivo

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

NBR: Norma Brasileira Regulamentadora

NR: Norma Regulamentadora

NOST: Norma Operacional de Saúde do Trabalhador

OMS: Organização Mundial de Saúde

PNSST: Políticas Nacionais de Segurança e Saúde no Trabalho

PPRA: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

PROAD: Pró Reitoria de Administração

PROGEP: Pró Reitoria de Gestão de Pessoal

SRTE: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

SUS: Sistema Único de Saúde

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICOS 1: Termo de consentimento

GRÁFICOS 2: Gênero

GRÁFICOS 3: Faixa Etária

GRÁFICOS 4: Formação

GRÁFICOS 5: Equipe responsável pela segurança

GRÁFICOS 6: Existência de EPI's

GRÁFICOS 7: Tipos de EPIs

GRÁFICOS 8: Uso de Equipamentos

GRÁFICOS 9: Riscos à saúde

GRÁFICOS 10: Doenças Adquiridas

GRÁFICOS 11: Ambiente seguro

GRÁFICOS 12: Referência a Iluminação

GRÁFICOS 13: No tocante à poeira

GRÁFICOS 14: Temperatura Ideal

GRÁFICOS 15: Proliferação de Insetos

GRÁFICOS 16: Medidas de segurança adotadas pela instituição

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Lista de Riscos.....	57
---------------------------------------	----

Sumário

1. INTRODUÇÃO	13
1.1Objetivos	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1ARQUIVOS NO BRASIL	16
2.2NOÇÕES CONCEITUAIS SOBRE SAÚDE E SEGURANÇA NO AMBIENTE ARQUIVÍSTICO	18
2.3 ...RISCOS APRESENTADOS PELO TRABALHO EM ARQUIVOS À SAÚDE DOS PROFISSIONAIS	20
2.4LEIS E NORMAS QUE REGULAMENTAM A SEGURANÇA NO TRABALHO	24
a)Lei Orgânica da Saúde	24
b)Normas regulamentadoras relativa à segurança e a medicina do trabalho	25
c)Normas operacionais de saúde do trabalhador (NOST)	27
d)Políticas nacionais de segurança e saúde no trabalho (PNSST)	28
e)Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	29
f)Leis Trabalhistas	29
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
4. O Sistema de Arquivos da UFPA: o Estudo de Caso	35
5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	46
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICE	66

1. INTRODUÇÃO

Na esfera da Arquivologia, a saúde e segurança do arquivista, bem como dos demais profissionais que atuam nos diversos tipos de acervos documentais, tem sido um tema pouco abordado.

Entretanto, para que se torne relevante o seu destaque, precisa ser visto como objeto de estudo, afinal de contas, as questões aqui envolvidas visam a melhoria do ambiente profissional, trazendo consigo saúde, segurança e qualidade de vida aos trabalhadores.

É preciso deixar a temática desenvolver na vida acadêmica, levando aos docentes e discentes sua importância e dessa forma sugerindo em um futuro próximo, quem sabe, a possibilidade de se incluir na grade curricular do curso de graduação em Arquivologia, uma disciplina voltada para esse tema. Pois ao saírem para o mercado de trabalho levariam consigo o conhecimento adquirido e transmitiriam aos já, atuantes arquivistas e demais trabalhadores que exercem essa atividade dentro do ambiente arquivístico, a importância quanto aos cuidados com sua saúde e segurança.

Alguns aspectos serão observados e analisados para evitar doenças, são eles: os riscos ambientais, ergonômicos, físicos, biológicos e emocionais.

De acordo com Monteiro, Lima e Sousa (2005, p. 2), a preservação da saúde e da segurança no ambiente de trabalho constitui uma das principais bases para o desenvolvimento adequado da força de trabalho, sendo indispensável quando se espera ter um ambiente produtivo e de qualidade. O sucesso na obtenção dos resultados está intimamente relacionado com a valorização do recurso humano dentro da empresa, como um dos fatores primordiais.

Sendo o arquivista um dos profissionais da área da informação, que está sujeito a esforços repetitivos, bem como a exposição constante a agentes contaminantes como os fungos, bactérias, roedores e insetos, é de suma importância aos profissionais da respectiva área, adquirir conhecimento acerca dos riscos ocupacionais a que está exposto, bem como os cuidados necessários para um exercício saudável e seguro do ponto de vista ergonômico das suas atividades.

Acerca da saúde no ambiente de trabalho do profissional do Sistema de Arquivos da Universidade federal do Pará (UFPA), foram levantadas algumas questões, os quais se tornaram, objeto de estudo dessa pesquisa, essas são: Quais os principais problemas de saúde que afetam esses profissionais no desempenho

das suas funções? Quais as medidas que podem ser tomadas a fim de minimizar e prevenir quaisquer riscos ao bem-estar do trabalhador?

Segundo Rodrigues (2006, p. 106), arquivo é um conjunto de documentos produzidos e recebidos no decurso das ações necessárias para o cumprimento da missão predefinida de uma entidade coletiva, pessoa ou família. Por se ter certa a missão desses documentos, como não garantir, com adequada prevenção, a saúde e segurança daqueles que se tornam responsáveis por manter a informação contida neles, seguras e preservadas, bem como o ambiente em que são atuantes, devido a maioria desses ambientes apresentarem degradação de documentos relacionados a agentes biológicos, prejudiciais não só para os acervos documentais, mas para os trabalhadores desses locais.

E de acordo com Spinelli Júnior (1997, p. 28) “dentre os agentes de degradação de acervos documentais, os agentes biológicos, notadamente insetos, fungos e roedores, constituem certamente ameaças sérias devido aos danos que podem gerar por vezes, danos irreparáveis”.

A Arquivologia apresenta um trabalho essencial para a preservação documental, porém precisa reconhecer a importância da saúde de seu profissional, bem como os meios adequados para a preservação da mesma.

Sendo assim, esta pesquisa objetiva mostrar a importância e relevância do tema abordado, fornecendo um meio para o planejamento e se possível, intervenções eficazes baseadas no resultado da pesquisa, implantações de estratégias de prevenção, desenvolvimento de metas que possibilitem identificar caminhos para o alcance dos objetivos, e antes de tudo isso, conhecer a realidade do Sistema de Arquivos da UFPA.

1.1 OBJETIVOS.

a) Geral:

Conhecer a percepção dos profissionais que atuam no Sistema de Arquivos da UFPA, sobre os riscos à saúde em seu ambiente de trabalho e investigar a existência de possíveis doenças adquiridas ao longo da profissão.

b) Específicos:

- Apresentar diagnóstico da estrutura física do Sistema de Arquivos da UFPA, descrevendo como são desempenhadas suas atividades

laborativas, bem como caracterizar o ambiente adequado para a atuação do profissional;

- Embasado na Portaria nº 3.214/78 que define as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina no trabalho, identificar os principais riscos e males ocupacionais, indicando riscos químicos, físicos e ergonômicos, especificando os principais fatores que contribuem para o surgimento de doenças laborais;

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ARQUIVOS NO BRASIL

Antes da busca de conhecimentos acerca da saúde do profissional arquivista, e falar sobre os riscos inerentes ao seu ambiente de trabalho e doenças ocasionalmente adquiridas, bem como as suas respectivas medidas preventivas, é necessário fazer uma rápida abordagem sobre a realidade dos arquivos no Brasil e começar a compreender o quão longe se está de um ambiente ocupacional arquivístico adequado.

Para começar a compreensão real da situação dos arquivos no Brasil, faz-se necessário observar e analisar estas instituições através da ótica de três aspectos respeitáveis: o Governo, a sociedade e os profissionais que atuam na área de arquivos. Há a necessidade de obter um correto entendimento das atividades arquivísticas por meio, de alguns pontos especiais como: a importância desses locais, a necessidade de existir, a quem é destinado e o trabalho que as instituições responsáveis por manter os acervos documentais, realizam, sem deixar de ressaltar dos profissionais atuantes nesses locais não são somente arquivistas, mas outros trabalhadores de áreas afins.

Para Lopes (2002 *apud* Xarão, 2009), as culturas são móveis, pois permitem múltiplas interpretações. “Abrangem um universo muito mais amplo, incluindo, por exemplo, as atividades técnicas e administrativas” (Lopes, 2002, p. 177). Independentemente do tipo de instituição, sendo ela pública ou privada, os arquivos estão inseridos nesse contexto, pois são detentores de documentos produzidos e recebidos por tais instituições.

Quando se refere à palavra cultura, é como se seu significado estivesse ligado apenas as áreas da arte e da ciência com suas atividades. Ao nos determos, de forma mais detalhada no trabalho realizado pelas instituições que mantêm os acervos documentais, que visam à preservação desse patrimônio, percebemos o quão equivocado é esse pensamento que a sociedade adquiriu. Nesse sentido, faz-se necessário esclarecer que as instituições portadoras dos acervos documentais, guardam, preservam e transmitem essa cultura através de seus acervos e que já foi obtido um avanço bastante significativo no que se refere as questões de preservação do patrimônio histórico e cultural desse país.

Sendo assim, a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 216 diz que: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”. A Lei Maior em seu inciso IV desse artigo faz a definição dos objetos que se introduzem nesse sentido são eles: “[...] as obras, objetos, documentos, edificações [...]”. (BRASIL, 1988).

Destacando o tema da responsabilidade das empresas públicas na qual promovem condições necessárias para a disponibilização e consulta as informações existentes nos arquivos, convém voltar ao artigo 216, inciso V, § 2º, que define: “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. (BRASIL, 1988).

Com a criação da Lei 8. 159, de 08 de janeiro, conhecida com a Lei dos Arquivos, no ano de 1991, foi regulamentada essa responsabilidade do patrimônio documental, que faz sua disposição sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, definindo em seu artigo 1º o seguinte: “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. (BRASIL, 1991).

Na mesma Lei 8. 159, porém no artigo 2º, a definição de arquivos se dá como: “[...] os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência de suas atividades [...]” (BRASIL, 1991).

Ao fazer referência ao acesso à informação, o artigo 5º complementa e ressalta o valor da Administração Pública em dispensar a consulta aos documentos sob o regime da lei, reforçando o artigo 216, inciso V, § 2º da Constituição Federal (BRASIL, 1991).

Ao que tange esta pesquisa, percebe-se um paradoxo existente entre a importância que os órgãos públicos dispensam aos acervos documentais e o que as leis desse país ditam. Observa-se uma grande incompatibilidade entre eles, de modo que, é necessário haver um comprometimento, bem como melhorias significativas por parte das instituições responsáveis pelo cuidado e tratamento arquivístico, garantindo assim um trabalho eficiente, fazendo com que a informação

seja disponibilizada e chegue ao seu destino de maneira clara, precisa e em conformidade com a lei.

No tocante recolhimento dos documentos produzidos pela administração pública, as atuações dos arquivos públicos têm-se caracterizado de maneira geral, pela passividade. Deficiência quantitativa e qualitativa de recursos humanos, limitações de espaço físico, instalações físicas impróprias e a ausência de tecnologia adequada favorecem este quadro. (JARDIM, 1995, p. 74).

2.2 NOÇÕES CONCEITUAIS SOBRE SAÚDE E SEGURANÇA NO AMBIENTE ARQUIVÍSTICO

Perante o exposto, é visível o descaso que os arquivos sofrem por parte do Estado, ficando claro que nem a área governamental, ou seja, o Governo em si, o responsável pela criação das leis que regem o País, compromete-se com a concretização da execução dessas leis.

A Organização Mundial de Saúde (1947, *apud* POTTER; PERRY. 2009 p. 69), refere-se à palavra saúde como “estado de completo bem-estar físico, mental, social e econômico, não meramente ausência de doença ou enfermidade”. Por ser a saúde um bem de grande e incomparável valor, é necessário haver um maior zelo para com ela, pois sem saúde não há como desenvolver atividades laborativas diariamente.

Segundo o que rege a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, art. 2º no Brasil a saúde é um direito garantido; contudo, essa mesma lei não consegue evitar que muitas pessoas sejam acometidas de doenças que poderiam ser evitadas, se as devidas medidas preventivas fossem tomadas e levadas a sério em seu ambiente de trabalho, evitando riscos existentes no desenvolvimento das tarefas e impedindo danos, que em alguns casos, são irreversíveis à saúde do trabalhador.

Ao tomar os cuidados necessários poderá ocorrer uma neutralização desses riscos, evitando que o trabalhador adoça, ou seja, vitimado por algum acidente, que venham trazer prejuízos tanto para o empregado como para o empregador.

Há também os riscos ambientais, devido à grande concorrência existente no mundo empresarial, é comum observar um aumento na produção diária, isso faz com que os funcionários sejam forçados a gerar resultados maiores, ultrapassando a carga horária exigida por lei. Com esse excedente o trabalhador poderá comprometer seu bem-estar pessoal, além de suas relações familiares e sociais.

Mauro, 2004 p.24 diz que:

No desempenho do trabalho, podem-se observar alterações no organismo e na personalidade do trabalhador que se manifestam durante a jornada, tais como: modificações fisiológicas – alteração do processo metabólico, aumento do ritmo respiratório e cardíaco e alterações no teor físico químico do sangue e dos tecidos musculares, resultantes do esforço produzido; aquecimento – ou seja, intensificação do rendimento do trabalho pelo aumento da capacidade dos músculos e nervos condicionados à atividade exercida; queda da velocidade e qualidade do rendimento – observáveis com o prolongamento forçado do trabalho, decorrente do esforço muscular e intelectual que surge com a fadiga; alterações no controle e coordenação motora – observáveis na continuidade do esforço físico.

É possível observar diante do exposto, que ao longo do desempenho de suas funções o profissional sofre, com pressão física e psicológica que associado a riscos ambientais, poderá acarretar grandes danos à saúde.

Com isso, vale ressaltar os cuidados com a prevenção e segurança no ambiente profissional, isso, trará aos trabalhadores e à empresa grandes benefícios.

Fernandes, Silva e Oliveira 2006, p. 23, referem-se a segurança no trabalho da seguinte forma:

“[...] a segurança do trabalho é um conjunto de recursos empregados para proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável”. É sem dúvida um dever da alta administração com a colaboração de todos na empresa e não apenas o dever de cumprir a legislação vigente. (FERNANDES, 2006, p. 5)

A cautela dispensada a segurança no trabalho poderá minimizar os riscos de acidentes e o aparecimento de doenças ocupacionais, segundo o pensamento de Rocca *et al.* (2011, p. 03) que diz " a segurança do trabalho é o conjunto de medidas, ciência, tecnologia e tomadas de decisões que tem por objetivo a proteção do trabalhador em seu ambiente de trabalho, visando redução de acidentes e doenças ocupacionais".

E Flora, 2013 p.02 afirma que:

[...] para promover a saúde dos trabalhadores, a prevenção deve ser entendida como toda ação para evitar ou diminuir os riscos profissionais, devendo integrar uma sequência metodológica em todos os domínios da atividade profissional. Esta sequência depende da adoção de um conjunto de medidas de proteção, envolvendo essencialmente a identificação e avaliação dos riscos, efetuada através da análise e caracterização da respectiva atividade. (FLORA, 2013, p. 02)

Sendo assim, quando as devidas medidas preventivas são tomadas, é fato que haverá uma crescente chance de se evitar acidentes, bem como o aumento da produtividade e diminuição de custos, trazendo satisfação para ambos, empregado e empregador.

2.3 RISCOS APRESENTADOS PELO TRABALHO EM ARQUIVOS À SAÚDE DOS PROFISSIONAIS

A qualidade do ambiente depende de fatores como iluminação, temperatura e ruídos, dentre outros. De acordo com Luís Fernando Siqueira, 1998, p.244:

A forma de ocupação destes ambientes favorecem os processos de poluição, impondo frequentemente o acúmulo de grandes quantidades de papéis além de outras características culturais que estão transformando estes ambientes de trabalho em locais insalubres, os quais vêm proporcionando a seus usuários uma qualidade de vida insatisfatória. (SIQUEIRA, v. 5, 1998, p. 244)

No centro da formação acadêmica, bem como no desenvolvimento das atividades arquivística, observa-se a atenção voltada para os acervos no sentido da organização, gerenciamento, cuidado com seu manuseio, limpeza, conservação e preservação. Tudo isso é relevante, porém não se pode restringir os acervos nem o trabalho arquivístico apenas ao seu objeto de estudo, que é o acesso a informação. Devem-se compreender os aspectos que envolvem esse amplo universo do trabalho arquivístico, além do que se entende em primeira instância.

Pelo fato dos arquivos ou centros de documentação serem responsáveis pelo acervo documental, há uma necessidade diferenciada nos cuidados prestados ao tratamento e ao correto armazenamento do mesmo, pois os agentes físicos, químicos ou biológicos existentes podem estar no suporte documental. É importante trazer aos profissionais de arquivo a conscientização dos agentes nocivos presentes neste ambiente e a necessidade de se promover um ambiente saudável e seguro para se ter mais controle e precaução na execução das atividades.

Diante do que foi exposto infere-se a carência de informação no que diz respeito aos cuidados, preservação da saúde e segurança do profissional ao desenvolver suas atividades, tanto no sentido do ambiente de trabalho como em sala de aula, na formação acadêmica. E por esse fato os arquivistas e profissionais da área não possuem suporte para questionar e defender a obtenção de um

ambiente adequado. Apesar de que o país apresenta normas (NR1, NR4, NR5 dentre outras) e leis, tais como as Leis trabalhistas (CLT), que amparam e regulamentam os direitos dos trabalhadores em obter um ambiente de trabalho correto, tanto em instituições públicas como privadas.

Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 7(sete), inciso XXII, define os direitos dos trabalhadores recomendados a Segurança e a Medicina do Trabalho: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros vigentes à melhoria de condição social: [...] XXII- redução de riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde higiene e segurança.”(BRASIL,1988).

As instalações dos arquivos são feitas em lugares impróprios, longe da atenção de todos, servindo na maioria das vezes apenas como depósito documental, sendo a questão cultural um dos fatores contribuintes para esse quadro. Consequentemente a pouca atenção direcionada a correta administração do ambiente faz com que este se torne propenso a desenvolver fatores de riscos capazes de provocar a incidência de agravos de saúde do trabalhador.

A Portaria nº3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em sua Norma Regulamentadora - NR nº 05, classifica os riscos no ambiente de trabalho: riscos de acidentes, ergonômicos, físicos, químicos e biológicos. No entanto com o emprego dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) não haverá ocasião de riscos no local de trabalho.

A Fundação Oswaldo Cruz, amparada pela legislação brasileira, através de seu site, descreve os cinco tipos de riscos que podem ocorrer em um ambiente de trabalho e relaciona as atividades que podem gerar as probabilidades de perigo descritas no parágrafo acima (FIOCRUZ, 2009).

Riscos de Acidentes: Os riscos e acidentes podem ser definidos como quaisquer acontecimentos que exponham o trabalhador a um estado vulnerável que venha a afetar sua integridade, bem-estar físico e psíquico. Tais acontecimentos podem se referir tanto a utilização de máquinas e equipamentos sem proteção, como à probabilidade de incêndio, arranjo físico e armazenamento inadequado de material, entre outros.

Conforme as instruções contidas no vídeo de treinamento do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul, no módulo, Segurança no Escritório, os arquivos de aço são considerados uma das peças mais perigosas para a segurança dos trabalhadores. Durante o seu manuseio, qualquer

descuido pode ocasionar fraturas e lesões graves a ossos, tendões e ligamentos, tais como prensar um dedo ou a mão no momento de fechar a gaveta (XARÃO, 2009).

Gavetas superiores com maior volume de documentos que as inferiores podem ocasionar sobrepeso desta, ocasionando a inclinação do arquivo de aço para frente. Aliado a esse problema, a ausência de travas moveis, permitirá que as gavetas vão de encontro ao trabalhador, ocasionando acidentes. Para Silva (2007) no ambiente arquivístico deve-se evitar trabalhar desacompanhado, pois caso ocorra algum acidente o outro profissional poderá prestar socorro.

Riscos Ergonômicos: São elementos que podem prejudicar os trabalhadores a nível físico ou psicológico por meio de doenças ou desconforto. Estes podem ser exemplificados através de postura inadequada, repetição de tarefas, monotonia, ritmo excessivo de serviço, entre outros. Segundo Silva (2007), a utilização de mobiliário e de um equipamento ergométrico deve seguir preceitos básicos a fim de possibilitar a saúde e a segurança dos trabalhadores.

Riscos Físicos: Estes se referem às diversas formas de energia que estão presentes no ambiente de trabalho, tais como ruídos, temperaturas extremas, vibrações, umidade, radiações ionizantes e não ionizantes e pressões anormais, dentre outros. Nos arquivos, os riscos físicos estão relacionados principalmente ao calor, umidade e frio, presentes no local.

Riscos Químicos: Substâncias ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases, vapores ou serem absorvidas por contato através da pele ou por ingestão. Em instituições arquivísticas, estes riscos são mais frequentes em laboratórios de restauração e preservação de documentos, que utilizam substâncias químicas na realização de seu trabalho.

Riscos Biológicos: Os riscos biológicos dizem respeito a agentes como bactérias, fungos, vírus, bacilos, parasitas e insetos que podem estar presentes no acervo e causar ou agravar os problemas de saúde, tais como alergias de pele (dermatites da pele e couro cabeludo), oculares (conjuntivites), e respiratórios (asma, bronquites, sinusites e rinites). Esses agentes biológicos podem estar presentes principalmente em virtude da existência de infiltrações no arquivo, a limpeza precária do ambiente, entre outros fatores.

Para se evitar o desenvolvimento de fatores de riscos, é necessária a implantação de medidas de controle, coletivo e pessoa, técnico, médico e/ou administrativo com a finalidade de manter riscos ambientais dentro dos parâmetros e limites de tolerância, legais e técnicos, para cada risco em questão. Nos locais onde somente o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) não é capaz de reduzir a intensidade de exposição aos agentes para os valores abaixo do limite de tolerância, sugere-se a limitação do tempo de exposição dos trabalhadores (FERNANDES, 2014).

Através do assunto exposto, verifica-se que os arquivos, bem como outros locais de trabalho apresentam tendência a vários fatores de riscos, tais como, acidentes, problemas ergonômicos, ataques biológicos, entre outros. Existem várias Normas Regulamentadoras que trazem orientações sobre regras que precisam ser seguidas, voltadas para a Segurança e Medicina do Trabalho, minimizando as causas desses agentes de riscos.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) as doenças relacionadas ao trabalho podem ser caracterizadas como sendo multifatoriais para indicar que certo número de fatores de riscos como: físico, de organização de trabalho, psicossociais, individuais e socioculturais, contribuem para causar estas doenças (BARREIRA, 1994).

O trabalhador está sempre exposto às agressões físicas e psicológicas originárias de seu ambiente de trabalho. Na luta pela sobrevivência, se expõe mais aos fatores adversos que podem a curto, a médio e longo prazo produzir alterações fisiopsicológicas às vezes irreversíveis, prejudicando profundamente sua capacidade de trabalho (TAUBE, 2002).

Percebe-se que apesar do grande crescimento da tecnologia, as pessoas continuam adoecendo devido ao trabalho. Segundo Rodrigues (1994), as sociedades industrializadas estão identificando alguns indicadores da evidência da deterioração da qualidade de vida, entre eles: aumento no índice de acidentes, ou surgimento de novas doenças, perda do contato do homem com a natureza e até mesmo a depressão.

Atualmente patrões e trabalhadores começaram a valorizar os ambientes que apresentem condições para o bem-estar de todos. Contudo é lento o processo, apresentam contradições, desigualdades no que se refere ao conjunto de classes trabalhadoras.

Os agentes etiológicos apresentam-se em variedades nas doenças ocupacionais e agrupam-se em quatro classes distintas:

- ✓ Agentes Mecânicos: formados por ossos, músculos e ligamentos;
- ✓ Agentes Biológicos: representados por organismos vivos que, dotados de ações patogênicas, podem agredir o organismo humano;
- ✓ Agentes Físicos: são de natureza física que direta ou indiretamente atuam como fatores adversos, como temperatura extrema (calor, frio), ruído, entre outros;
- ✓ Agentes Químicos: representados por substâncias de natureza químico que podem apresentar-se sob a forma de gases, líquidos e sólidos.

É importante conhecer algumas patologias adquiridas ao longo do tempo de serviço, tais como a cifose, lordose, escoliose e hérnia de disco que comprometem a coluna. A lesão por esforço repetitivo (LER), já conhecido sua sigla, bem como as tendinites e tenossinovites.

Existem também as doenças ocupacionais causadas por agentes biológicos como os fungos e bactérias, bem como as doenças relacionadas ao cotidiano do profissional como o estresse e assédio moral.

2.4 LEIS E NORMAS QUE REGULAMENTAM A SEGURANÇA NO TRABALHO

Acidentes e doenças associadas ao trabalho podem ser evitados, contanto que as leis e normas regulamentadoras referentes à saúde e segurança desse profissional tornem-se conhecida. Porém, para que isso ocorra é necessário haver uma disposição do trabalhador em conhecê-las e dessa forma, tomem conhecimento no que diz respeito aos direitos e riscos que está exposto dentro do ambiente de trabalho.

A seguir serão conceituadas algumas leis e normas que tratam da segurança e saúde do trabalhador sendo elas: Lei orgânica da saúde, Normas regulamentadoras, Política Nacional de Segurança e Saúde no trabalho, Norma Operacional de Saúde do Trabalhador entre outras.

a) Lei Orgânica da Saúde

Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

Em seu art. 1º essa lei menciona que ela “regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privadas”.

Referindo-se a saúde do trabalhador esta lei no art. 6º informa que o Sistema Único de Saúde (SUS), deve atuar “na execução de ações de saúde do trabalhador”; bem como diz no § 3º que “entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

- I - assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;
- II - participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho.

Fica imposto no art. 15º da mesma lei que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, a seguinte atribuição:

- VI - elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador;

Já o art. 16º da mesma lei prescreve no parágrafo IV que, “é competência da direção nacional Sistema Único de Saúde (SUS) participar da definição de normas e mecanismos de controle, com órgão afins, de agravo sobre o meio ambiente ou dele decorrentes, que tenham repercussão na saúde humana”.

- b) Normas regulamentadoras relativa à segurança e a medicina do trabalho

As Normas Regulamentadoras foram aprovadas pela Portaria 3.214 de 08 de junho de 1978 trazendo direcionamento sobre os procedimentos que devem ser realizados para garantir segurança e saúde dos funcionários no ambiente de trabalho.

No que se refere a NR1 1.1 está escrito que:

As Normas Regulamentadoras - NRs, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Com o objetivo de impedir que os profissionais se exponham a riscos desnecessários, pois os mesmos podem ser evitados, foram criadas trinta e seis normas, que também se aplicam a outros trabalhadores e empresas que tem a atenção voltada a segurança no ambiente de trabalho.

O órgão fiscalizador dessas normas é a Superintendência Regional de Trabalho e Emprego - SRTE, que objetiva seu cumprimento, bem como, caso as empresas não atentem para a saúde e segurança do profissional em seu ambiente de trabalho, a aplicação das penalidades legais, tudo isso já é referência a Norma Regulamentadora N° 1 (NR1).

Incluindo a NR1, citada acima, totaliza-se em trinta e seis as normas de segurança criadas para proteger a saúde do trabalhador, abaixo serão destacadas as mais conhecidas:

- ✓ Norma Regulamentadora N° 04 (NR4) – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT - tem por finalidade a promoção a saúde e proteção a integridade do trabalhador no local de trabalho;
- ✓ Norma Regulamentadora N° 05 (NR-5) – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA-estabelece que a formação da mesma deva ocorrer em qualquer empresa ou instituição que podem admitir trabalhadores ou contratados, trazendo através de treinamento, a conscientização de prevenção dos acidentes e das doenças adquiridas em ambiente de trabalho;
- ✓ Norma Regulamentadora N° 06 (NR6) – Equipamentos de Proteção Individual – EPI - é dever de a empresa fornecer aos trabalhadores,

inteiramente grátis, os EPI necessários e adequados ao risco de trabalho, e os mesmos precisam estar em bom estado de conservação e funcionamento;

- ✓ Norma Regulamentadora Nº 09 (NR9) – Programas de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA - visa a prevenção da saúde e da integridade dos trabalhadores, através do estabelecimento obrigatório, desses programas, levando em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.
- ✓ Norma Regulamentadora Nº 15 (NR15) – Atividades e Operações Insalubres - descreve as atividades, as operações e agentes insalubres, sendo eles qualquer tipo de ambiente que possa vir a oferecer algum risco a saúde dos trabalhadores.
- ✓ Norma Regulamentadora Nº 16 (NR16) – Atividades e Operações Perigosas - regulamenta as atividades e operações legalmente consideradas perigosas, estipulando as recomendações prevencionista correspondentes. Coloca que o exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.
- ✓ Norma Regulamentadora Nº 17 (NR17) – Ergonomia - dá parâmetros de ergonomia a fim de garantir a saúde, segurança e conforto do funcionário.
- ✓ Norma Regulamentadora Nº 24 (NR24) – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho - decreta condições sanitárias e de conforto em locais como instalações sanitárias, vestiários, refeitórios, cozinhas, alojamentos e refeitórios.

c) Normas operacionais de saúde do trabalhador (NOST)

Aprovada pela Portaria Nº 3.908 de 1998, esta norma traz consigo orientações quanto as ações de saúde do trabalhador a serem desenvolvidas pelos Estados e Municípios.

No que infere o Art. 5.º conceitua esta norma como sendo um:

[...] conjunto de atividades essenciais para a incorporação das ações de saúde do trabalhador no contexto das ações de atenção à saúde, devendo os estados, o Distrito Federal e os municípios que já têm serviços e ações organizados, ou pelas características de seu parque produtivo e perfil epidemiológico, ampliar seu espectro de ação para além do que estabelece esta Norma.

Indubitavelmente, estados e municípios terão uma economia significativa, ao se voltarem para a prevenção de possíveis doenças adquiridas por trabalhadores em seu ambiente profissional.

d) Políticas nacionais de segurança e saúde no trabalho (PNSST)

A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST, foi aprovada através do Decreto 7. 602, de 07 de novembro de 2011, objetivando a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde advindos, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho, tudo isso se referindo ao item I.O item II está relacionado aos princípios dessa política, são eles:

- a. Universalidade;
- b. Prevenção;
- c. Precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação;
- d. Diálogo social e
- e. Integralidade.

Já o item III têm buscado o alcance desse objetivo na PNSST, que deverá programar por meio da articulação continuada das ações de governo no campo das relações de trabalho, produção, consumo, ambiente e saúde, com a participação voluntária das organizações representativas de trabalhadores e empregadores.

No que se referem às diretrizes, que estão destacadas no item IV, as ações nas esferas da PNSST devem constar do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho e serão desenvolvidas da seguinte forma:

- a. Inclusão de todos trabalhadores brasileiros no sistema nacional de promoção e proteção da saúde;
- b. Harmonização da legislação e a articulação das ações de promoção, proteção, prevenção, assistência, reabilitação e reparação da saúde do trabalhador;

- c. Adoção de medidas especiais para atividades laborais de alto risco;
- d. Estruturação de rede integrada de informações em saúde do trabalhador;
- e. Promoção da implantação de sistemas e programas de gestão da segurança e saúde nos locais de trabalho;
- f. Reestruturação da formação em saúde do trabalhador e em segurança no trabalho e o estímulo à capacitação e à educação continuada de trabalhadores; e
- g. Promoção de agenda integrada de estudos e pesquisas em segurança e saúde no trabalho.

Finalmente no item V, dispõe sobre as responsabilidades na esfera da PNSST, diz que os responsáveis pela implementação e execução dessa política são os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Saúde e da Previdência Social, sem trazer prejuízos de outros órgãos e instituições que atuem na área.

e) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Ao fazer referência às relações de trabalho, a Constituição Brasileira assegura aos trabalhadores não somente o direito ao trabalho, mas estabelece os direitos e deveres quanto o seu cumprimento.

Em seu art. 7º do capítulo II do Título I estão: “relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa; duração de trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais; seguro contra acidentes de trabalho (BRASIL, p.35-38)”.

É conferido ao Sistema Único de Saúde no seu art. 200: “executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica bem como as de saúde do trabalhador; colaborar na proteção do meio ambiente nele compreendido o do trabalho” (BRASIL, p. 202).

f) Leis Trabalhistas

As normas que condicionam as leis trabalhistas estão embasadas no Decreto de Lei 5452 de 1º de maio de 1943, chamado de Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

Ao se referir as Normas Gerais do Trabalho, no Capítulo II de seu art. 158 dispõe que a duração normal de horas trabalhadas não poderá exceder às 08(oito) horas diárias.

No entanto, o art. 61 infere o seguinte:

Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face ao motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos manifesto.

Correspondente ao repouso, devido ao trabalho repetitivo, o art. 72 diz que: “nos serviços permanentes de mecanografias (datilografia, escrituração ou cálculo) a cada 90(noventa) minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10(minutos) não deduzidos da duração normal de trabalho”.

Todas essas informações expostas até o presente momento são relevantes, contudo há necessidade de observá-las de fato, para serem praticadas no dia a dia dos profissionais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa descritiva, bibliográfica e também um estudo de caso, onde o objeto de estudo é o Sistema de Arquivos da UFPA. Ao se referir a pesquisa descritiva Rampazzo (2010, p. 55) diz que: “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano, sem a interferência do pesquisador”.

No que diz respeito à pesquisa bibliográfica Gil, 2002 refere-se assim:

A pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida com base no material produzido por diversos autores sobre um determinado assunto. Esse material constitui-se principalmente de livros, artigos de periódicos e também material disponibilizado na internet”. (GIL, 2002)

Quando se aborda o estudo de caso, toma-se por referência Yin, 2001 p.33:

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo dos fatos objetos de investigação, permitindo um amplo e pormenorizado conhecimento da realidade e dos fenômenos pesquisados”. “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. (YIN, 2001 p. 33)

Foram utilizadas nesta pesquisa as abordagens tanto quantitativas como a qualitativa para a análise dos resultados. A abordagem quantitativa segundo Oliveira (1999) “preocupa-se com quantificação de dados, utilizando para isto recursos e técnicas estatísticas; é muito utilizada em pesquisas descritivas onde se procura descobrir e classificar a relação entre variáveis ou em pesquisas conclusivas, onde se buscam relações de causalidade entre eventos”.

Enquanto que a abordagem qualitativa, segundo Neves (1996, p. 01), “compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”.

Os profissionais que trabalham no Sistema de Arquivos da UFPA formam o universo desta pesquisa, sendo que a amostra é constituída por um número variado de pessoas que trabalham cotidianamente cuidando dos acervos. Entre esses profissionais existem graduados em Arquivologia, Biblioteconomia e áreas afins. Só

para ressaltar que o Sistema de Arquivos da UFPA é privilegiado por possuir profissionais arquivistas, pois boa parte dos arquivos, não tem o mesmo privilégio.

Os instrumentos de coletas de dados foram: entrevista, questionário, observação e checklist. Sendo cada um deles conceituados da seguinte forma e segundo cada autor, abaixo citado.

Cervo & Bervian (2002), apresenta a entrevista como uma das principais técnicas de coletas de dados e pode ser definida como conversa realizada face a face pelo pesquisador junto ao entrevistado, seguindo um método para se obter informações sobre determinado assunto. De acordo com Gil (1999), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Esta técnica de coleta de dados é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta. O autor apresenta ainda algumas vantagens na utilização da técnica de entrevista, tais como maior abrangência, eficiência na obtenção dos dados, classificação e quantificação. Além disso, se comparada com os questionários, a pesquisa não restringe aspectos culturais do entrevistado, possui maior número de respostas, oferece maior flexibilidade e possibilita que o entrevistador capte outros tipos de comunicação não verbal.

O autor apresenta, todavia, algumas desvantagens da entrevista que devem ser consideradas na fase de coleta dos dados, como a falta de motivação e de compreensão do entrevistado, a apresentação de respostas falsas, a incapacidade ou, mesmo, a inabilidade de responder às perguntas, a influência do entrevistador no entrevistado, a influência das opiniões pessoais do entrevistador, além do custo com treinamento de pessoal para aplicação das entrevistas. Estas limitações podem ser trabalhadas para que a qualidade da entrevista não seja prejudicada. Para tanto, o responsável pela entrevista deverá dedicar especial atenção ao planejamento da pesquisa, considerando a preparação do entrevistador para contornar os problemas apresentados (GIL, 1999).

Segundo o conceito de questionário de Cervo & Bervian (2002, p. 48), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Ele pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas maior facilidade na tabulação e análise dos dados.

De forma idêntica, Marconi & Lakatos (1996, p. 88) definem o questionário estruturado como uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”. Dentre as vantagens do questionário, destacam-se as seguintes: ele permite alcançar um maior número de pessoas; é mais econômico; a padronização das questões possibilita uma interpretação mais uniforme dos respondentes, o que facilita a compilação e comparação das respostas escolhidas, além de assegurar o anonimato ao interrogado. Contudo, o questionário também possui alguns aspectos negativos, dentre os quais podem ser citados: o anonimato não assegura a sinceridade das respostas obtidas; ele envolve aspectos como qualidade dos interrogados, sua competência, franqueza e boa vontade; os interrogados podem interpretar as perguntas da sua maneira; alguns temas podem deixar as pessoas incomodadas; há uma imposição das respostas que são predeterminadas, além de poder ocorrer um baixo retorno de respostas (LAVILLE & DIONNE, 1999; MALHOTRA, 2001).

Segundo Cervo & Bervian (2002, p. 27), “observar é aplicar atentamente os sentidos físicos a um amplo objeto, para dele adquirir um conhecimento claro e preciso”. Para esses autores, a observação é vital para o estudo da realidade e de suas leis. Sem ela, o estudo seria reduzido a “[...] à simples conjectura e simples adivinhação”.

O conceito de observação também é considerado uma coleta de dados para conseguir informações sobre determinados aspectos da realidade. Auxilia o pesquisador a “[...] identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (MARCONI & LAKATOS, 1996, p. 79). A observação também obriga o pesquisador a ter um contato mais direto com a realidade. Como a maioria das técnicas de pesquisa, a observação sempre deve ser utilizada juntamente com outra técnica de pesquisa, pois, do ponto de vista científico, essa técnica possui vantagens e limitações que podem ser administradas com o uso concorrente de outras técnicas de pesquisa (MARCONI & LAKATOS, 1996).

Finalizando, apresenta-se o checklist, palavra em inglês, considerada um americanismo que significa “lista de verificações”, é um instrumento de controle, composto por um conjunto de condutas, nomes, itens ou tarefas que devem ser lembradas ou seguidas.

Os dados serão coletados no período de Agosto a Setembro de 2017 por meio de entrevista, questionário, observação e checklist, que será elaborado pela autora, contendo questões que identifiquem a percepção dos profissionais que atuam no Sistema de Arquivos da UFPA quanto sua saúde, o cargo desempenhado, formação na área arquivística, além de abordar questões acerca do conhecimento desses trabalhadores sobre as Normas Reguladoras que visam garantir um ambiente seguro e saudável, bem como averiguar as condições de saúde dos profissionais e seu ambiente.

Será estabelecida a relação do nível de conhecimento do profissional/trabalhador do Sistema de Arquivos da UFPA e a qualidade de saúde dos mesmos na realidade do ambiente encontrado. Para dados gerais se construirá tabelas, para os demais, gráficos.

A aplicação do questionário será enviada aos participantes da pesquisa por e-mail, utilizando o Google Docs, juntamente como Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (modelo constante no apêndice II). Foram mantidas em sigilo as informações obtidas no questionário, sendo sua utilização, impreterivelmente, para fins de pesquisa.

O início da coleta de dados deu-se através de uma entrevista com a Coordenadora da Gestão Documental do Sistema de Arquivos da UFPA, onde a mesma fez uma rápida exposição da situação atual do arquivo e também foi preparado um documento, no que, a autora pede autorização para a realização da pesquisa, encaminhado a Diretora do Sistema de Arquivos.

Após a coleta de dados, deu-se início a análise dos dados utilizando as abordagens quantitativas e qualitativas usando gráficos, seguidos das interpretações da pesquisadora baseada nas respostas dos respondentes.

4. O Sistema de Arquivos da UFPA: o Estudo de Caso

O Sistema de Arquivos da UFPA está localizado dentro do campus da UFPA em Belém/PA. Funciona como órgão central e tem como finalidade avaliar, selecionar e organizar o patrimônio documental produzido pela Instituição, custodiando-o e tornando-o acessível à consulta administrativa, bem como, garantir a preservação da memória histórica e científica da UFPA, protegendo seu acervo arquivístico para servir de referência, informação, prova e fonte de pesquisa. Possui estrutura organizacional da seguinte forma de acordo com o organograma abaixo:



Figura 1: Sistema de Arquivos/UFPA
Fonte: www.ufpa.br

O Sistema de Arquivos da UFPA Fig.1 é composto pelo Arquivo Central Fig. 2, instalado em um prédio pequeno, diz se pequeno, ao levar em consideração a quantidade enorme de acervos recebidos para serem tratados, higienizados, armazenados ou eliminados e os anexos que são:



Figura 2 – Arquivo Central

Fonte: Autora, 2017

Possui a recepção Fig.3 e ali foram colocados, em caixas fechadas alguns documentos destinados à eliminação, de acordo com as informações levantadas.

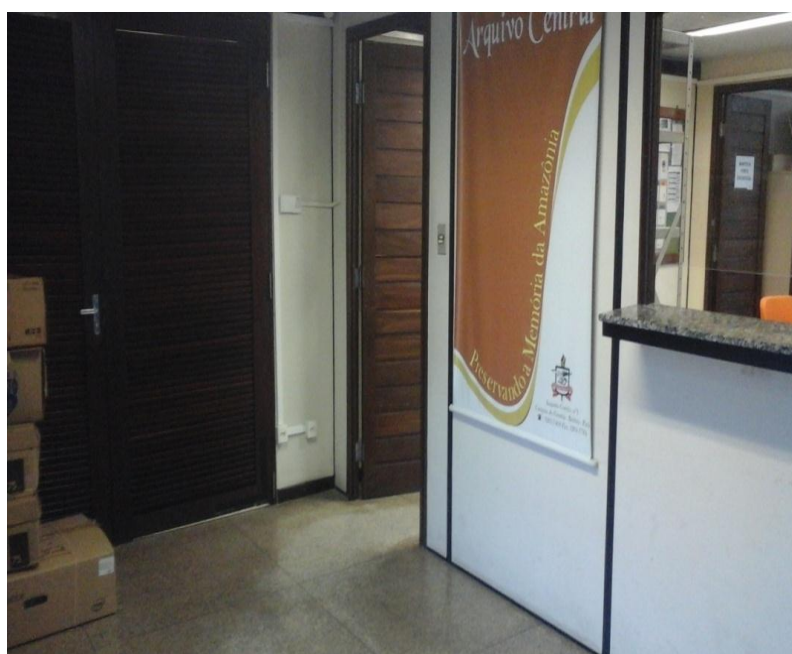


Figura 3 – Sala de Recepção

Fonte: Autora, 2017

Após a sala de recepção, temos a sala destinada a expedição Fig.4 de documentos Brasil/Exterior e malotes, informando que todas as correspondências expedidas da UFPa, são feitas via Divisão de Comunicação, onde parte funciona no Arquivo Central.



Figura 4 – Sala de Expedição

Fonte: Autora, 2017

Seguindo, encontramos uma sala mais ampla onde funciona a direção, secretaria executiva, coordenadoria de gestão documental Fig.5 e 6, coordenadoria de arquivo permanente (apenas uma parte, a outra funciona dentro do acervo) e coordenadoria de apoio técnico, sem deixar de citar que todas as atividades técnicas são feitas neste ambiente, assim, observa-se que tudo funciona em um mesmo ambiente ao mesmo tempo.



Figura 5 – Sala da Direção, Secretaria Executiva e Coordenadorias.

Fonte: Autora, 2017



Figura 6 – Sala da Direção, Secretaria Executiva e Coordenadorias

Fonte: Autora, 2017

Ao observarmos que em um mesmo ambiente funciona vários setores sem divisão de espaço, é bem provável que ao longo do tempo alguns inconvenientes apareçam, como a pouca produtividade, falta de concentração e até possivelmente, desencadear o estresse como consequência no trabalhador.

Lacanna, 2008 ao se referir ao estresse dentro da instituição destaca que:

Os estressores organizacionais consequentemente geram ansiedade, cujo significado é sufocar, desencadeando sintomatologia orgânica de mal-estar psíquico caracterizada por perturbações somática a nível cardiorrespiratório causadas pela sensação de opressão e hipercontração muscular. (LACANNA, 2008)

Por isso, se não houver atenção voltada para a tomada de providência no que se refere a obtenção de um espaço físico adequado, onde cada um ocupe o seu próprio, conseqüentemente ocorrerá, o fato de o trabalhador começar a apresentar alguns sintomas como; a impaciência, irritabilidade, dificuldade de concentração, de relacionamento, podendo tornar-se agressivo e perdendo o interesse pelo desempenho profissional.

Em uma sala à esquerda encontramos os acervos, Fig. 7,8, 9,10 e 11. Dentro do mesmo o arquivo deslizante e outra parte referente a coordenadoria do arquivo permanente. Nesta sala encontramos quatro condicionadores de ar, onde apenas um encontra-se em funcionamento, três desumidificadores, todos em funcionamento, um esterilizador de ar e quatro extintores colocados em pontos estratégicos. Além de estantes distribuídas pela sala, onde foi observado também que os espaçamentos entre elas, não estão de acordo com o exigido.



Figura 7 – Sala de Acervos 1

Fonte: Autora, 2017.



Figura 8 – Sala de Acervos 2

Fonte: Autora, 2017



Figura 9 – Sala de Acervos 3

Fonte: Autora, 2017



Figura 10 – Sala de Acervos 4

Fonte: Autora, 2017



Figura 11 – Sala de Acervos 5

Fonte: Autora, 2017

Dando seguimento, à direita há um corredor Fig.12, onde é possível encontrar alguns acervos colocados ao longo dele, a copa, banheiros feminino e masculino, uma sala de depósito de materiais de limpeza e no final uma sala onde funciona o almoxarifado Fig.13.



Figura 12 - Corredor

Fonte: Autora, 2017



Figura 13 - Sala de Almoxarifado

Fonte: Autora, 2017.

É perceptível a falta de espaço, pois ao longo de toda a estrutura, é possível observar a existência de uma quantidade significativa de acervos dispostos ao chão. Isso faz com que o trabalho não alcance o êxito desejado e o ambiente apresente um aspecto com pouca organização.

Anexos do Arquivo Central são:

- ✓ Centro de Indicadores Acadêmico (CIAC);
- ✓ Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA);
- ✓ Pró-Reitoria de Administração (PROAD);
- ✓ Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal (PROGEP), e
- ✓ Divisão de Comunicação – Protocolo.

Só para destacar, que a Divisão de Comunicação que atua no prédio da Reitoria, é responsável pelo recebimento de toda correspondência destinada a UFPA.

No que se refere ao Arquivo Setorial da PROGEP, vale ressaltar que após minucioso estudo do “Diagnóstico da Situação do Arquivo Setorial da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (OUTUBRO-2016)”, destacando os tópicos de Improriedades e Falhas Detectadas, bem como do Acervo Danificado por isópteros (cupins) respectivamente, concluiu-se que:

1º- Devido à grande quantidade de acervos recebidos diariamente, e não existir espaço suficiente para o arquivamento há um acúmulo de documentos que se estendem por toda a sala, incluindo mesas e chão, trazendo com isso a desorganização do ambiente, sujeiras e a iminente proliferação de microorganismos e roedores, e dessa forma, tornando o ambiente insalubre e com péssimas condições de trabalho. Com a provável presença dos roedores, existem os iminentes riscos de contaminação oriundos da urina e fezes desses animais, deixando os profissionais que atuam neste setor, susceptíveis a doenças como a Leptospirose (urina), Peste Bubônica e o Tifo Murinho (pulga do rato), Febre da Mordida do Rato (saliva no ato da mordida), Hantavirose (saliva e urina) e as Sarnas e Micoses que tem sua transmissão de forma mecânica.

2º- A proliferação de isópteros (cupins) tem comprometido a preservação e conservação do acervo, trazendo ameaças no que se refere a perda de muitos documentos caso não se tome com urgência, medidas imediatas e preventivas para a limpeza do local.

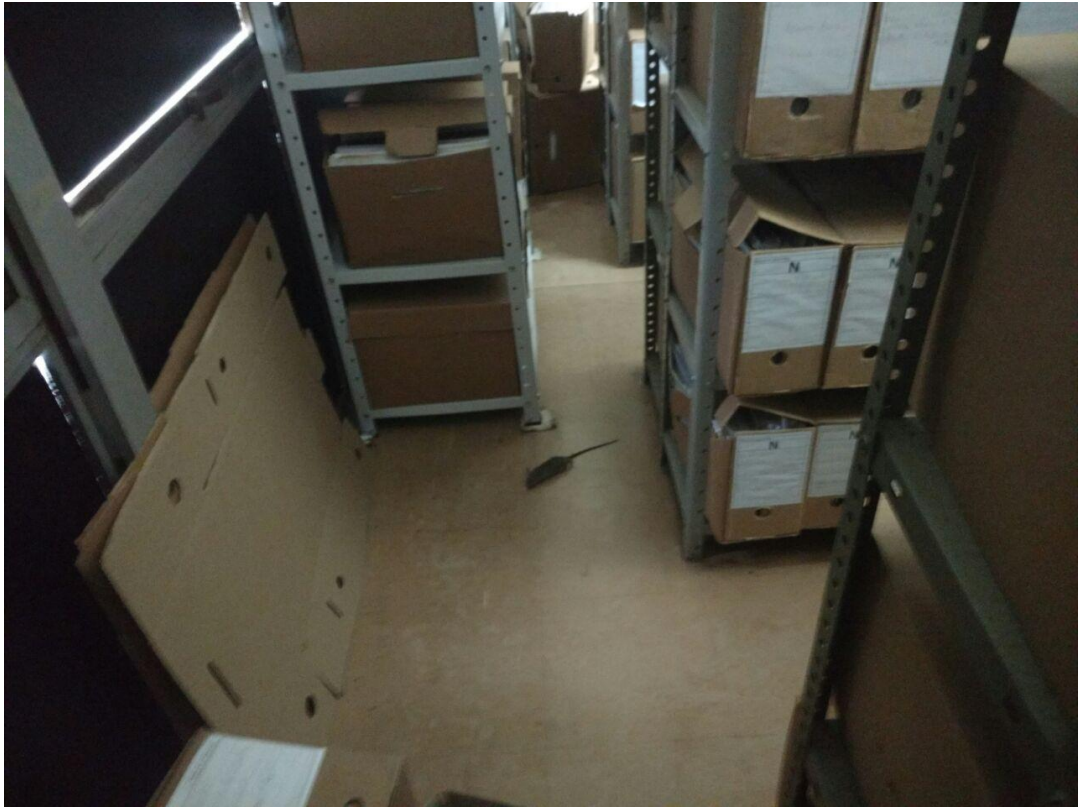


Figura 14- Arquivo Setorial PROGEP

Fonte: Autora, 2017

Com essa realidade, percebemos quão pouca importância é dispensada aos arquivos da UFPA, e quanta perda sofrerá esses ambientes arquivístico, que são os responsáveis pelo cuidado e guarda desses acervos.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

No tocante a pesquisa, embasada nas respostas dos questionários, deu-se início a análise dos dados seguido da interpretação da pesquisadora utilizando as abordagens quanti-qualitativas e fazendo uso de gráficos.

Dos profissionais que atuam no Sistema de Arquivos da UFPA, dez são arquivistas, dois bibliotecários, dois administradores, uma secretária executiva, cinco técnicos administrativos e dois são técnicos de arquivo.

Foram enviados vinte e dois questionários, dos quais, apenas onze foram respondidos.

No que se refere ao termo de Consentimento, tivemos uma margem percentual de 100% de consentimento.



Gráfico 1 – Termo de consentimento
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Quanto ao gênero, 54,5% são do sexo feminino e 45,5% do sexo masculino. Vimos aqui um quase equilíbrio, isso se dá pela área arquivista ser miscigenada, a predominância feminina é apenas um pouco maior que a masculina.

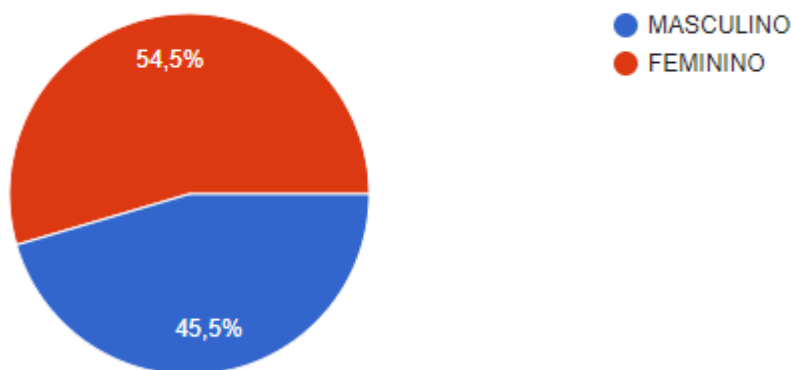


Gráfico 2 - Gênero
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A faixa etária varia de 18,2% até 25 anos, 45,5% de 25 a 35 anos e 36,4% acima de 35 anos. Observa-se aqui que há uma equipe experiente e crescente, ou seja, por não ter acontecido exonerações, mas terem sido chamados a tomar posse de seus cargos, através de concursos ocorridos recentemente, profissionais arquivistas e técnicos de arquivo.

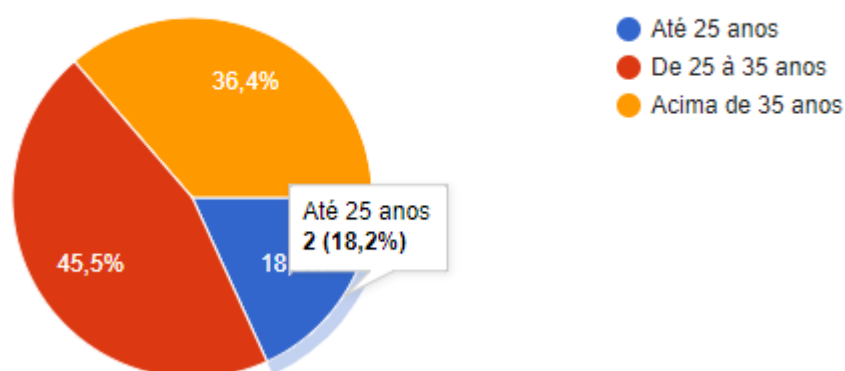


Gráfico 3 – Faixa etária.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Quanto a formação, 18,2% têm somente o nível médio, 63,6% são graduados em Arquivologia, 9,1% em Biblioteconomia, 18,2% Especialista em Gestão Pública, 18,2% possui Especialização não especificada e Especialização em Organização de Arquivos 9,1%. Esses dados esclarecem que a maior porcentagem de graduação é de arquivistas.

Dessa forma é muito justo citar o que Crivelli, 2008 escreve:

O arquivista é sem dúvida um profissional completo, com formação que contemple tanto atividades administrativas quanto atividades que auxiliem a história, é, portanto, um profissional ímpar, com qualificações que não se encontra em qualquer outra categoria profissional. É a partir dessa visão de que seria o arquivista o profissional com maiores condições de ser o responsável pela avaliação documental, podendo, dessa forma, definir como será constituído o patrimônio documental deixado por essa instituição e que servirá de aporte para a pesquisa de toda a sociedade de conhecimento. (CRIVELLI, 2008, p. 02)

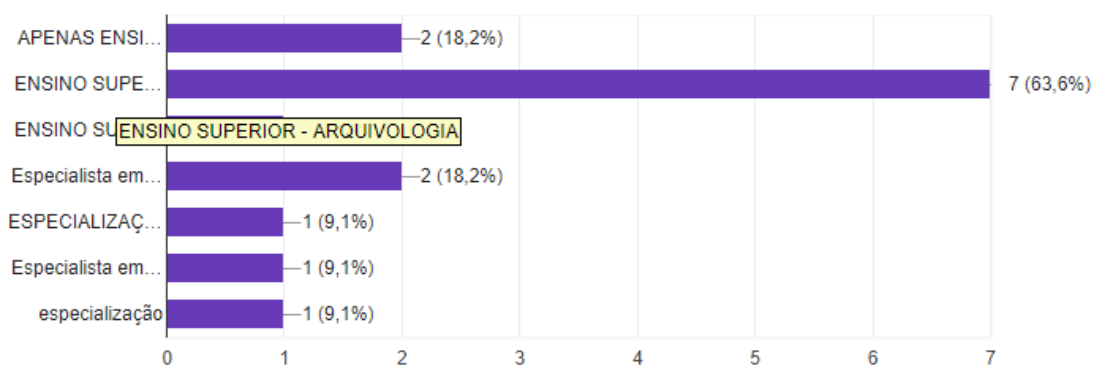


Gráfico 4 – Formação

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Na pergunta relacionada à Segurança no Trabalho, os respondentes mostraram conhecimento sobre a temática abordada, nos dando um embasamento quanto a busca futura de melhorias no ambiente de trabalho.

Segundo Silva (2011, p. 27) ao se referir à segurança diz: “é um conjunto de métodos cujo objetivo principal é a prevenção de acidentes de trabalho através da eliminação ou diminuição dos riscos ligados aos processos produtivos”.

A pergunta referente a uma equipe responsável pela segurança na instituição mostrou que as respostas positivas e negativas tiveram um mesmo percentual, ou seja, 36,4% responderam que sim e 36,4% não. As incertezas obtiveram uma porcentagem de 27,3%. Nesse sentido, observa-se que é questionável a presença de uma equipe de supervisão responsável pela segurança no trabalho.

Dessa forma, faz-se necessário descrever o que Saliba (2013, p. 25) cita “a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador”.

A ausência de uma equipe responsável pela segurança do profissional pode trazer sérios riscos tanto ao trabalhador, como para a instituição, devido na maioria das vezes, sem supervisão, o profissional desenvolver suas agilidades sem observar as normas de segurança.

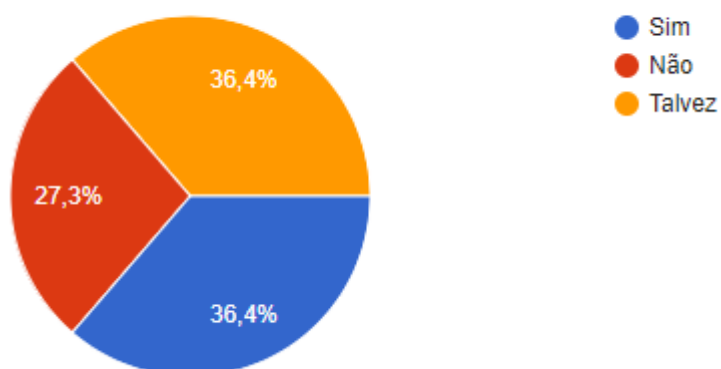


Gráfico 5 – Equipe responsável pela segurança
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Sobre a existência de equipamentos de proteção individual – EPIs no ambiente de trabalho constatou-se que: 81,8% afirmaram que sim, 9,1% negaram e 9,1% mostraram dúvidas. Dessa forma, acredita-se que os equipamentos estão presentes na instituição, são eles, luva, máscara, jaleco (avental) e óculos.

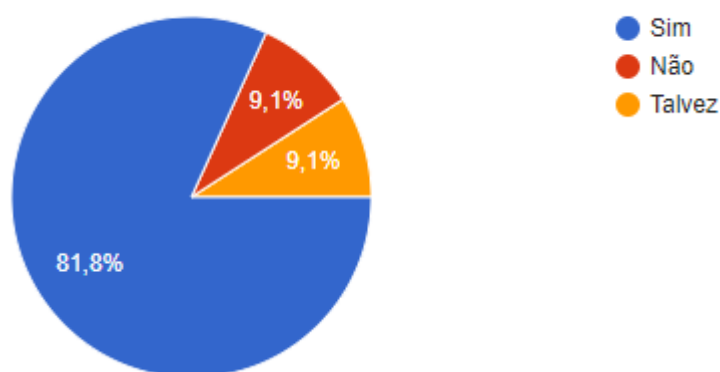


Gráfico 6 – Existência de EPIs
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

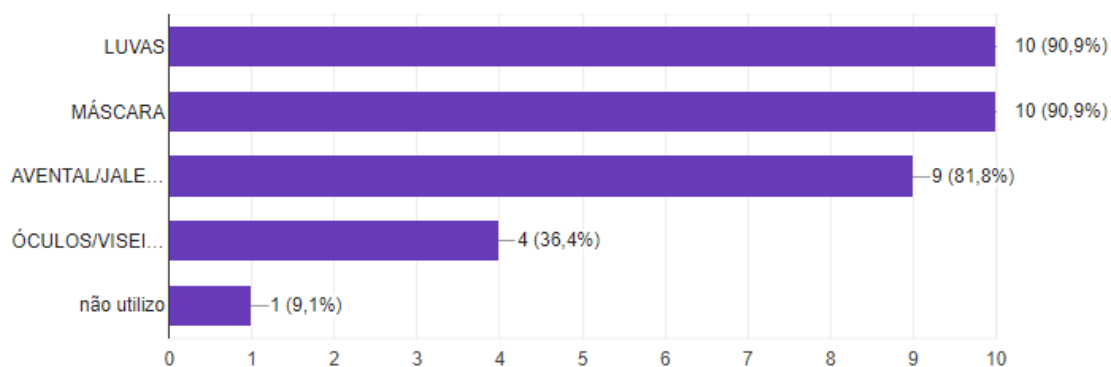


Gráfico 7 – Tipos de EPIs

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Ao nos referirmos ao uso do equipamento individual de proteção, obtivemos o seguinte resultado: 90,9% usam luvas, 63,6% máscara, jaleco (avental) 81,8%, óculos 0% e ainda 9,1% não utiliza nenhum tipo de equipamento. É importante observarmos que dos equipamentos disponíveis, os mais usados são luvas, máscaras e jalecos. E o óculos, bem como a touca (gorro), não são usados por nenhum profissional, dessa forma entendemos que para eles esses equipamentos não são necessários.

Segundo Saliba (2013, p. 345) refere-se aos EPIs da seguinte forma: “constituem importante medida de prevenção de acidentes e doenças de trabalho, contudo, sua adoção deve ser feita após esgotadas todas as alternativas de controle coletivo”.

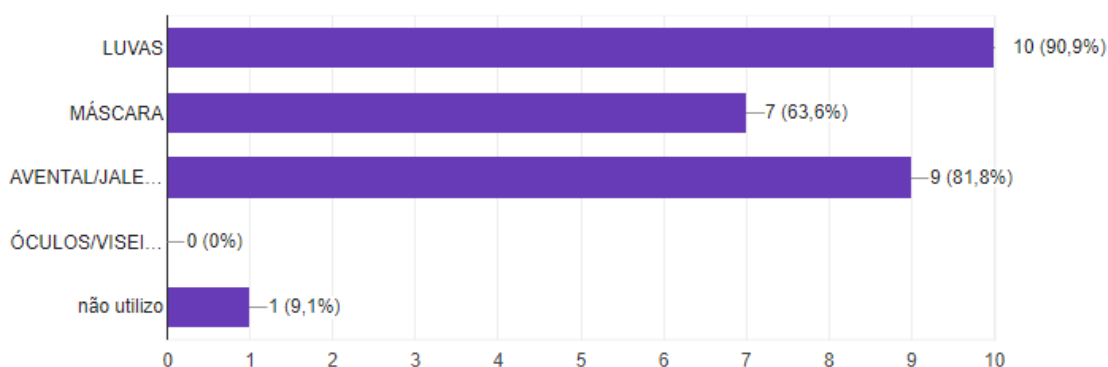


Gráfico 8 – Uso dos equipamentos

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Sobre os possíveis riscos à saúde e segurança presente no ambiente de trabalho obtiveram uma porcentagem máxima de respostas positivas, 100% declararam que sim. No entanto, apesar de cientes dos riscos existentes, como vimos na resposta anterior, ainda há equipamentos que não são usados e profissionais que não fazem uso de nenhum.

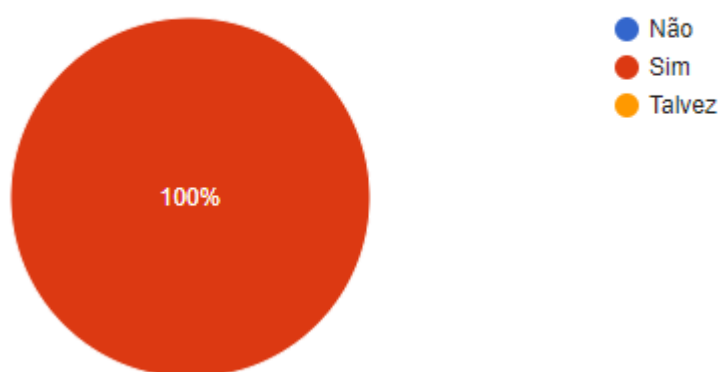


Gráfico 9 – Riscos à saúde

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No tocante aos tipos de riscos existentes os respondentes citaram da seguinte forma quanto à saúde: riscos biológicos - fungos, bactérias, infecções de pele, trato respiratório, doenças provenientes de fezes e urina de roedores, insetos, cupins; riscos ergonômicos – lesões causadas por movimentos repetitivos; riscos físicos – ruídos, umidade, ventilação e temperatura; riscos químicos – exposição à poeira. Já no que se refere à segurança disseram que a estrutura física do prédio é inadequada e apresenta rachaduras.

Diante do exposto, verificamos que o Sistema de Arquivos está propenso a inúmeros fatores de riscos, e para que ocorra a diminuição ou a ausência dos mesmos, é necessário que haja a prática das Normas Regulamentadoras no que se refere à Segurança e Medicina do Trabalho.

No sentido de saber se algum profissional já obteve alguma doença no local de trabalho, a porcentagem obtida foi que, 36,4% já adquiriram doenças relativas ao trabalho e 63,6% negaram algum tipo de doença referente ao mesmo. Não houve dúvidas quanto à pergunta, no entanto, o cuidado com a saúde através de medidas preventivas é a melhor solução.

As doenças mais citadas pelos profissionais foram as alergias, rinites e fungos. Todas elas podem ser evitadas ou diminuídas com o uso devido dos EPIs.

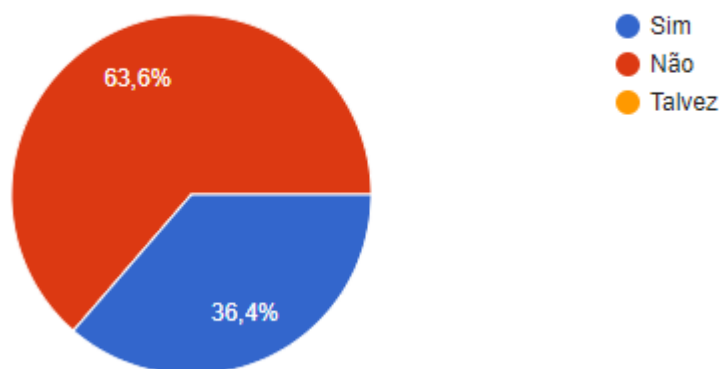


Gráfico 10 – Doenças adquiridas

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Em relação à segurança e riscos existentes no ambiente de trabalho, percebe-se que quase a maioria, ou seja, 90,9% dos funcionários não consideram o ambiente seguro, e apenas 9,1% afirmam que sim. Talvez essa minoria não leve em conta os pequenos riscos por não vê-los como ameaça, contudo, vale ressaltar, que qualquer risco, por menor que seja, pode trazer prejuízo para a saúde, seja ele a curto, médio ou longo prazo.

A justificativa dos que negaram segurança são as seguintes: o ambiente precisa ser mais amplo, e bem dividido, é preciso haver mais investimento nos EPCs, pois os que têm são insuficientes para abranger de forma adequada o ambiente em sua totalidade e mais, os responsáveis pela instituição precisam se voltar com um olhar mais comprometedor e tomar medidas cabíveis para trazer segurança ao ambiente profissional.

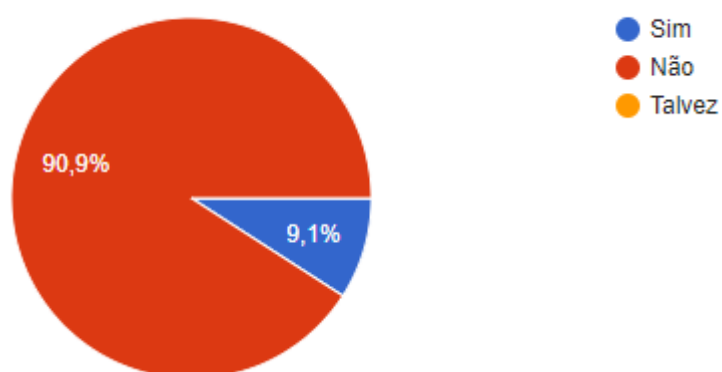


Gráfico 11 – Ambiente seguro

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No que se referem à iluminação, os resultados foram os seguintes: 36,4% responderam que existe iluminação adequada, 36,4% disseram que não, havendo um empate no percentual e 27,3% mostraram dúvida.

Ressaltando que uma iluminação de qualidade é importante para o desempenho laborativo e trará resultados significativos para a instituição.

Segundo Saliba (2013, p. 382) “a iluminação adequada dos locais de trabalho é importante, pois proporciona maior velocidade na observação dos detalhes, menor cansaço visual, menor percentual de refugos, melhor conforto e eficiência na execução das tarefas”.

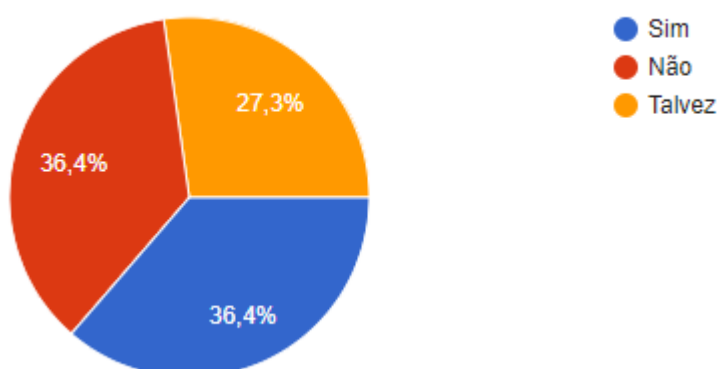


Gráfico 12 – Referência a iluminação

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Continuando a avaliação de respostas no tocante à poeira percebe-se que 72,7% afirmaram sua existência, 9,1% negaram e os duvidosos 18,2%.

Independentemente da quantidade de poeira existente no ambiente, a exposição diária poderá acarretar problemas alérgicos e incômodos ao profissional.

Por isso, a higienização do arquivo como espaço físico que abrange o piso, as estantes e móveis devem ocorrer da seguinte forma, segundo Cessares, (2000, pg. 33): é com aspirador de pó, pois remove sujidades sem transferi-las para outras áreas. Não recomendando o uso de solventes ou cera, evitando também o uso de água, pois sua interferência, por menor que seja, desequilibra a umidade relativa do ambiente.

E o uso do equipamento de proteção individual como máscaras, toucas, luvas e jalecos, trarão conforto e bem-estar aos seus colaboradores.

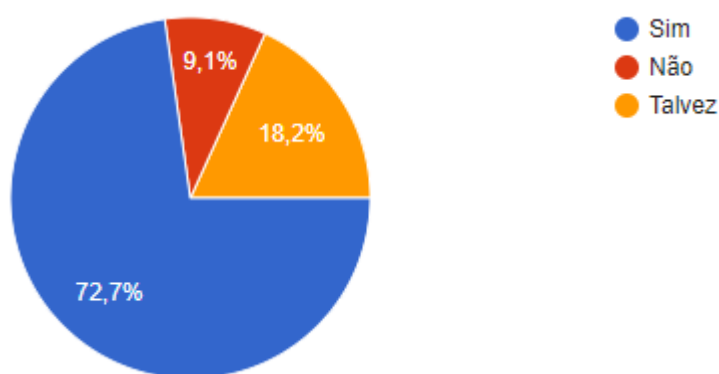


Gráfico 13 - No tocante à poeira

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A climatização adequada é um fator significativo para o desempenho e qualidade no serviço. Foi constatado que 54,5% dos trabalhadores não entendem a temperatura do ambiente como ideal, já os 36,4% a tem como ideal e os indecisos somam 9,1%.

Referindo-se ao calor Steingrâber (2010, p. 25) diz que: “o calor intenso libera grande quantidade de energia térmica (radiação infravermelha) e é responsável por uma série de problemas que afetam a saúde e o rendimento dos trabalhadores”.

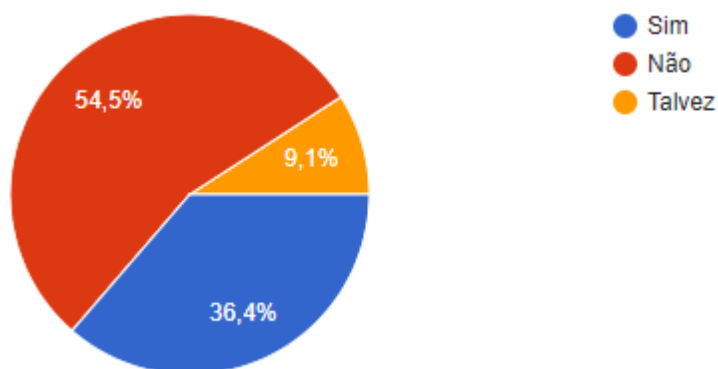


Gráfico 14 – Temperatura ideal
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Ao fazer referência quanto a proliferação de insetos no ambiente de trabalho, as respostas obtidas foram dadas nas seguintes porcentagens: 54,5% são os indecisos, os que afirmam 36,4% e os que negam 9,1%.

A grande quantidade de acervos pode trazer o desagradável aparecimento de insetos e sua proliferação, fazendo com que a saúde do profissional seja comprometida. Por isso, o cuidado com a higienização tanto do ambiente como do acervo é importante, e também o armazenamento adequado dos documentos, bem como a uma vistoria minuciosa, fará com que esses insetos sejam mantidos distante da preservação documental.

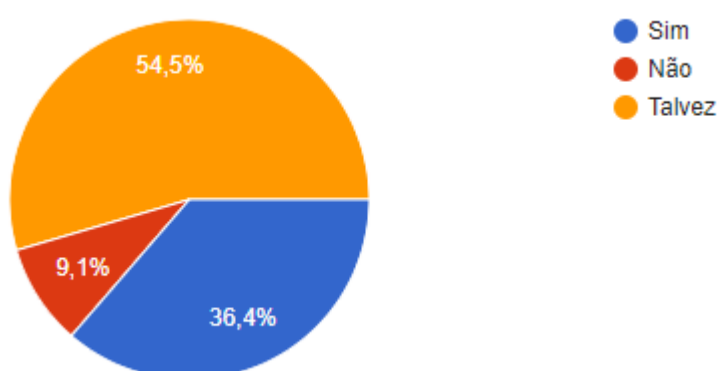


Gráfico 15 - Proliferação de insetos
Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Quanto às medidas adotadas pela instituição para proteger a saúde e segurança dos funcionários, obteve-se os seguintes percentuais: para o regular 18,2%, para o insuficiente 72,7%, para o inexistente 9,1%, nenhum profissional se

posicionou quanto o excelente, ótimo ou bom. Isso significa que, até o momento eles não obtiveram do gestor institucional um suporte para que as mudanças e melhorias comecem acontecer. Desse modo, precisa haver um compromisso maior por parte dos responsáveis, essa visão é tida através da justificativa dos respondentes que abaixo relacionamos:

- ✓ “Há um ano de início do meu exercício como servidor, observei apenas uma campanha de vacinação e uma ação de saúde do servidor, por conta do dia do servidor público, fora isso, não vejo um planejamento pra ações de tornar mais qualitativa a vida do servidor dentro da universidade”;
- ✓ “Devido às características da região é difícil ter controle pleno de tudo, normalmente as medidas adotadas pela instituição ocorrem de maneira corretiva e não preventiva”;
- ✓ “Pois não é adotada nenhuma medida, e por conta disto, inúmeros fatores afetam o local de labuta, influenciando na saúde, segurança e, conseqüentemente, no desempenho das atividades”;
- ✓ “Vamos completar 10 anos com um Projeto de novas instalações para o Arquivo Central para que possamos desenvolver as atividades arquivística de maneira adequada, e não temos previsão de atendimento”;
- ✓ “Falta mais investimento da instituição em coisas básicas para o andamento das atividades de modo que ofereça o mínimo de condições tanto para os profissionais da área quanto a comunidade acadêmica que utiliza os serviços”.

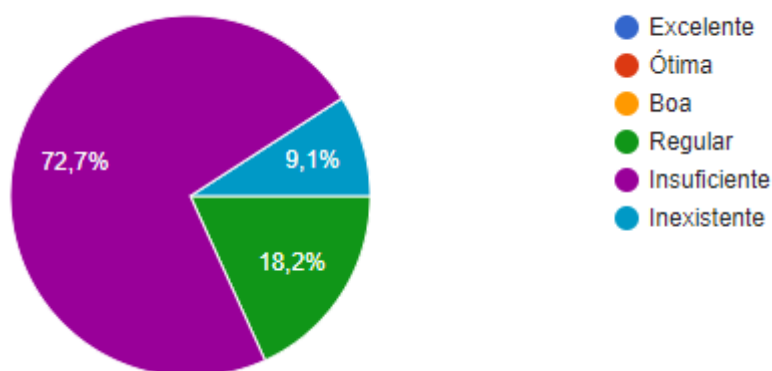


Gráfico 16–Medidas de segurança adotadas pela instituição

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Ainda que haja o empenho dos profissionais em promover melhorias no ambiente arquivístico, não será suficiente se os responsáveis em executar os projetos não se manifestarem, por isso deve haver uma constante cobrança, insistência mesmo, para que o realizar aconteça.

Finalmente, embasado nos resultados da entrevista, observação e questionários, chegamos ao *checklist*.

Iniciaremos com um quadro expositivo sobre os riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes que são os mais iminentes, de acordo com o que foi observado e exposto pelos profissionais do Sistema de Arquivos da UFPA.

Riscos Físicos	Riscos Químicos	Riscos Biológicos	Riscos Ergonômicos	Riscos de Acidentes
Calor	Poeira	Bacilos	Esforço Físico Intenso	Armazenamento inadequado
Ruídos		Bactérias	Inadequação de postura	Espaço físico insuficiente
Umidade		Fungos	Levantamento e Transporte manual de peso	Iluminação inadequada
		Parasitas	Repetitividade	Insetos e roedores
		Vírus	Situações de Estresse	Probabilidade de incêndio

Tabela 1 – Lista de riscos

Fonte: Dados da coleta, 2017.

Dessa forma, temos que levar em conta as principais causas de acidentes no ambiente de trabalho. Entendê-las é o primeiro passo para prevenir, e assim, gerar mais segurança e qualidade de vida aos trabalhadores.

- ☒ - Não utilizar EPI adequado
- ☒ - Negligência na instrução ao profissional
- ☒ - Falta de conhecimento técnico
- ☒ - Atitudes imprudentes
- ☒ - Ausência ou negligência na fiscalização
- ☒ - Não cumprimento das Leis Trabalhistas
- ☒ - Negligência aos Direitos do Trabalhador

Agora citaremos as principais doenças ocupacionais, que apesar de estarem ligadas as mais variadas profissões, nos voltaremos para o âmbito arquivístico, que é o nosso objeto de estudo.

Percebemos que essas doenças evoluíram ao longo dos anos. Citaremos a seguir os males mais frequentes que crescem silenciosamente dentro dos acervos documentais.

- ☒ - Lesão por Esforço Repetitivo (LER) ou Distúrbios Ósteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT)
- ☒ - Rinites – causadas por acúmulo de poeira
- ☒ - Dermatites – contato com fungos e bactérias
- ☒ - Lordoses e Escolioses – esforço físico inadequado e outros
- ☒ - Desgaste da visão – iluminação inadequada
- ☒ - Surdez – ruídos excessivos
- ☒ - Estresse – pressão excessiva no trabalho

Prevenir Doenças Ocupacionais é buscar uma melhor qualidade de vida. Por isso, dispomos aqui algumas dicas de como evitá-las.

- ☒ - Estar atento aos menores sintomas físico e/ou mental
- ☒ - Procurar auxílio médico, mesmo se o desconforto for leve
- ☒ - Mudança de função, dependendo da situação
- ☒ - Conscientização quanto ao uso diário do EPI
- ☒ - Possível redução da jornada de trabalho

Por meio dessa avaliação conseguimos identificar riscos, verificar o cumprimento das normas, e evitar os possíveis acidentes que possam vir atentar contra a saúde e segurança do profissional de arquivo.

Diante do exposto, não podemos esquecer-nos dos *check-list* de procedimentos, dos equipamentos, das máquinas, das Leis e das Normas. Levando em conta os principais objetivos desse serviço:

- Identificação dos riscos que existem no cumprimento da função;

- Verificação da obediência às condições de segurança predeterminadas;
- Impedimento da ocorrência de acidentes e outros eventos prejudiciais ao trabalhador e à própria instituição.

Um planejamento apropriado de iluminação no ambiente de trabalho, seguindo as exigências do Ministério do Trabalho, onde 500 luxes, é o mínimo de iluminação, sabendo que o excesso poderá causar problema, o uso de EPI, como luvas, máscaras, toucas, jalecos, óculos ou viseira, bem como a higienização e desinfestação desse ambiente, são medidas e ações que proporcionaram a preservação e conservação dos acervos.

É bom destacar, que o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, 2002) orienta quanto:

Planejamento para a construção, adaptação e reforma de edifícios que atendam às funções específicas de um arquivo permanente. Prédios destinados à guarda de arquivos intermediários também poderão utilizar os princípios básicos destas recomendações, considerando-se que parte da documentação intermediária terá que ser preservada em caráter permanente.

Essas recomendações devem ser estudadas, especialmente no que diz respeito à adequação de edifícios e equipamentos para a guarda e preservação de documentos em regiões de clima tropical.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arquivos, verdadeiramente, são guardiões da história, trazendo consigo a memória de uma nação, de um povo através de seus acervos. Sua preservação se dá a partir do acervo documental, tendo como finalidade a guarda dessa informação. A Constituição Federal Brasileira designou a obrigatoriedade da disponibilização da informação para a sociedade, além de preservar, independentemente de sua origem pública ou privada.

Apesar de tudo que a legislação institui, é notório observar, que por questões culturais, os arquivos ainda são levados, dentro de algumas instituições, a um plano secundário. Os espaços destinados ao desenvolvimento do trabalho arquivístico são, na maioria das vezes, inadequados, precisando de um maior investimento em infraestrutura, materiais de consumo, equipamentos, mobiliários, recursos humanos e valorização profissional.

As empresas públicas e privadas, segundo o que instituiu a legislação brasileira, quanto a obrigatoriedade, em disponibilizar condições apropriadas para o desempenho laborativo de seus empregados, não cumprem com os requisitos legais, acarretando um descontentamento nos profissionais de arquivo, que procuram um ambiente saudável e seguro para o desenvolvimento de suas atividades, bem como, a valorização de sua profissão.

Diante de tudo o que foi visto, em nível de arquivos brasileiros, observa-se que há escassez de espaço, de mão de obra, de investimento e tantos outros fatores que podem trazer a esses profissionais a falta de motivação para ir à busca de suas conquistas.

Ainda que haja o empenho dos profissionais em promover melhorias no ambiente arquivístico, não será suficiente se os responsáveis em executar os projetos não se manifestarem, por isso deve haver uma constante cobrança, insistência mesmo, para que o realizar aconteça.

Ao nos voltarmos para o nosso objeto de estudo, que foi o que motivou esta pesquisa, percebe-se que o trabalho arquivístico do Sistema de Arquivos da UFPA, começou a ser visto por outro ângulo do que era anteriormente. Antes se restringia apenas aos processos organizacionais dos documentos, o guardar e o levar informação, hoje, percebe-se a grandeza da complexidade e a abrangência que tem alcançado a cada dia, os avanços pequenos, mas significativos.

Por isso, ao ressaltarmos nesta pesquisa o cuidado com a saúde desses profissionais, que, apesar de encontrarem-se ainda em um ambiente propenso a inúmeros fatores de riscos como acidentes, problemas ergonômicos, ataques biológicos, entre outros, possam buscar os direitos legais que lhe foram conferidos, e quem sabe, um merecido auxílio de insalubridade.

Sugerimos que tais profissionais se empenhem em diminuir os riscos e aumentar a segurança no ambiente de trabalho, cumprindo as Normas Regulamentadoras referentes a Segurança e Medicina no Trabalho, amparados pelas leis, conquistando não só espaços adequados, mas respeito e valorização profissional.

É importante salientar, que o Sistema de Arquivos da UFPA está bem assistido por profissionais da área, pois o que se observa na maioria dos arquivos em nível de Brasil, é que os mesmos não são coordenados por arquivistas, e apesar dos ajustes que precisam ainda ser feitos já obtiveram uma grande conquista.

Finalmente, acredita-se que, com o resultado dessa pesquisa, os trabalhadores do Sistema de Arquivos da UFPA tomarão maior consciência e se comprometerão, ainda mais, com o fazer e o cuidar de sua saúde e segurança, através de um controle maior de precauções, exigindo um ambiente mais apropriado, saudável e seguro, para que venham desenvolver suas atividades com presteza e empenho.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, T. H. C. **Abordagem ergonômica na prevenção da LER**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional 22(84): 51-60, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 de agosto de 2017.

BRASIL. **Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 19 set.1990. Disponível em: . Acesso: 25 julho de 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8159.htm>> Acessado: 9 de agosto de 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Portaria MTB Nº 3.214, de 08 de junho de 1978**. NR nº 09. Trata do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/mte/1978/3214.htm>>. Acessado em 5 de agosto de 2017.

_____.Ministério do Trabalho e Emprego. **Decreto nº 7.602, de 07 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST. Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D39E4F4B1013A66048DB36F2D/PNSST%20\(Decreto%20n.%C2%BA%207.602_11\).pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D39E4F4B1013A66048DB36F2D/PNSST%20(Decreto%20n.%C2%BA%207.602_11).pdf). Acesso em: 25 de julho de 2017.

_____.Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria n.º 3.214, 08 de junho de 1978**. “Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho”. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BE96DD3225597/p_19780608_3214.pdf. Acesso em: 25 de julho de 2017
Acesso em: 20 de junho 17.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial – São Paulo 2000 – vol. 5.
CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CONARQ CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Recomendações para a Construção de Arquivos**. Rio de Janeiro, 2002.

CRIVILLI, Renato **O lugar do preservador da memória: o arquivista como detentor do conhecimento**. 2008, pg. 02.

Diagnóstico da Situação do Arquivo Setorial da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (OUTUBRO-2016)

FERNANDES, A. M. de O.; SILVA, M. C. da; OLIVEIRA, S. D. de. **Gestão de saúde, biossegurança e nutrição do trabalhador**. Goiânia: AB, 2006.

FERNANDES, E.S **Ergonomia Na Arquivologia: Levantamento Sobre Os Principais Riscos Ocupacionais À Saúde Do Arquivista E Propostas De Medidas Preventivas**. João Pessoa-PB, 2014.

FIOCRUZ. **Tipos de Riscos**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/lab_virtual/tipos_de_riscos.html

FLORA; Eloisa Sofia Santino. **A percepção dos colaboradores sobre riscos e doenças profissionais: um estudo em misericórdias**. Bragança, 2013. Acesso em: 25 de julho de 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
JARDIM, José Maria. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995.

LACANNA, M. L. **Estressores Organizacionais**. Disponível em: http://www.administradores.com.br/artigos/estressores_organizacionais/22401/
Acesso em: 27 Agosto de 2017.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
LOPES, L.C.. **O lugar dos arquivos na cultura brasileira**. Ciências e Letras, Porto Alegre, nº 31, p 177-186, 2002.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MAURO; et al. **Riscos ocupacionais em saúde**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: . Acesso: 25 de julho de 2017.

MONTEIRO L. F.; LIMA, H. L. M.; SOUZA, M. J. P. de. **A importância da saúde e segurança no trabalho nos processos logísticos**. XII SIMPEP - São Paulo. 2005. 2005. Disponível em:
[file:///C:/Documents%20and%20Settings/novo2/Meus%20documentos/Downloads/Monteiro_LF_A%20importancia%20da%20s%20\(2\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/novo2/Meus%20documentos/Downloads/Monteiro_LF_A%20importancia%20da%20s%20(2).pdf). Acesso: 25 de julho de 2017.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características e possibilidades**. Cadernos de pesquisas em administração. São Paulo, v. 01, n. 03, 1996. Disponível em :
http://www.dcoms.unisc.br/porta1/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_u_sos_e_possibilidades.pdf. Acesso em: 18 jul. 2014.

POTTER E PERRY. **Fundamentos de enfermagem**. 7 ed. Rio de Janeiro:Elsevier, 2009.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

ROCCA; ET AL. **Segurança, higiene e qualidade de vida no Trabalho**. Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá. São Paulo, 2011. Acesso: 25 de julho de 2017.

RODRIGUES, A. M. L. **A teoria dos arquivos e gestão dos documentos**. Belo Horizonte, Perspect. Cienc. inf.; Belo Horizonte, v.1, n. 01, p.102-117, jan./abr.2006. Acesso em: 25 de julho de 2017.

RODRIGUES, M. V. C. **Qualidade de vida no trabalho – Evolução e Análise no nível gerencial**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

SALIBA, T. M. **Higiene do Trabalho e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)**. São Paulo: LTr, 2002.

SALIBA, Tuffi Messias. **Curso básico de segurança e higiene ocupacional**. 5 ed. São Paulo: LTR, 2013.479p.

SILVA, F. H. A. L. **Segurança e saúde do profissional em conservação**. Rio de Janeiro: MAST, 2007.

SILVA, M. C. da. **Trabalho, Globalização e Saúde do Trabalhador: promoção da saúde e da qualidade de vida**. In: ALVES, Giovane et al. Trabalho de Saúde: a precarização do trabalho no século XXI. São Paulo: LTR, 2011.

SIQUEIRA, Luiz Fernando de Góes. **O controle de qualidade do ar de interiores e a saúde ocupacional**. In: VIEIRA, Sebastião Ivone (Org.). Medicina básica do trabalho. Curitiba: Gênese, 1998. v. 5, p. 241-245.

SPINELLI JÚNIOR, J. **A conservação de acervos bibliográficos & documentais**. Rio de Janeiro. 1997. Acesso em: 25 de julho de 2017.

STEINGRÂBER, C. S. **Intervenção sanitária em saúde de trabalhador: vigilância de ambientes de trabalho das empresas de Chapecó, Santa Catarina**.

Florianópolis, 2010. Disponível em:

file:///C:/Documents%20and%20Settings/novo2/Meus%20documentos/Downloads/928%20(1).pdf. Acesso em: 25 de julho de 2017.

TAUBE, O. L. S. **Análise da incidência de distúrbios musculoesqueléticos no trabalho doBibliotecário: considerações ergonômicas com enfoque preventivo de LER/DORT**. 2002.152 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de SantaCatarina, Florianópolis, 2002.Acesso em 20 de junho de 2017.

www.enearg2008.ufba.br/wp-content/uploads/2008/09/10-renato_crivelli.pdf

XARÃO, D. R. **Saúde e segurança em acervos documentais: a conscientização sobre ascondições adequadas no ambiente de trabalho**. Monografia. Porto Alegre: UFRGS, 2009Acesso em: 05 de maio de 17.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

APÊNDICE

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Este é um convite para você preencher o formulário:

ARQUIVOLOGIA E SAÚDE: a percepção dos profissionais no Sistema de Arquivos da UFPA

Meu nome é Nilza Maria Sena Barbosa. Sou concluinte do curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Pará – UFPA e estou sob a orientação da Prof.Ms. Renata Lira Furtado, no desenvolvimento de uma pesquisa para o meu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, que tem como objetivo: Analisar a percepção dos profissionais que atuam no Sistema de Arquivos da UFPA sobre os riscos a sua saúde em seu ambiente de trabalho. Ao concordar em colaborar com a pesquisa não é necessário que se identifique e suas informações permanecerão em sigilo.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - A finalidade deste trabalho é propor os ajustes necessários e possíveis, se for o caso, para a diminuição de acidentes de trabalho envolvendo funcionários de arquivos e também para que sejam minimizadas as possibilidades destes profissionais serem acometidos por patologias decorrentes de sua atividade laborativa. Solicitamos a sua colaboração para responder ao questionário em apenso, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento. *

- ☐ Concordo
- ☐ NÃO Concordo

GÊNERO *

☐ MASCULINO

☐ FEMININO

☐ Outro:

FAIXA ETÁRIA *

☐ Até 25 anos

☐ De 25 à 35 anos

☐ Acima de 35 anos

FORMAÇÃO *

☐ APENAS ENSINO MÉDIO

☐ ENSINO SUPERIOR - ARQUIVOLOGIA

☐ ENSINO SUPERIOR - BIBLIOTECONOMIA

☐ Outro:

O que você entende por Segurança no trabalho? *

Na instituição onde trabalha há uma equipe responsável pela segurança do trabalho? *

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

Em seu local de trabalho há equipamentos de proteção individual – EPIs? *

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

QUAIS? *

☐ LUVAS

☐ MÁSCARA

☐ AVENTAL/JALECO

☐ ÓCULOS/VEISEIRA

☐ Outro:

VOCÊ FAZ USO DE QUAIS DESSES EQUIPAMENTOS? *

☐ LUVAS

☐ MÁSCARA

☐ AVENTAL/JALECO

☐ ÓCULOS/VEISEIRA

☐ Outro:

Você conhece os possíveis riscos a saúde e segurança presente em seu ambiente de trabalho? *

- ☐ Não
- ☐ Sim
- ☐ Talvez

QUAIS?

Você já contraiu alguma doença que acredita ter sido em decorrência da ocupação que exerce no arquivo? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

QUAIS?

Você considera o seu ambiente de trabalho seguro, sem risco para a sua saúde? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

JUSTIFIQUE

A iluminação é adequada para realização dos trabalhos que realiza? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

Você trabalha um ambiente onde existe muita poeira? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

A temperatura do ambiente é ideal para a realização do trabalho? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

Há proliferação de insetos no ambiente de trabalho? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

Quanto às medidas adotadas pela instituição para proteger a saúde e a segurança dos seus funcionários, você considera que é: *

- ☐ Excelente
- ☐ Ótima
- ☐ Boa
- ☐ Regular
- ☐ Insuficiente
- ☐ Inexistente

JUSTIFIQUE

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Powered by
 Google Forms